



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G
CONSULTORIA
POLÍTICA

RESUMO SEMANAL

01 a 05 de setembro
2025



Cenário Político

A semana política foi histórica e de alta tensão, com o início do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e de outros sete réus no Supremo Tribunal Federal (STF), acusados de tentativa de golpe de Estado. Enquanto as atenções se voltavam para a Corte, o Congresso vivia uma grande reacomodação de forças com a saída da federação União-PP da base do governo, movimento que foi seguido por uma liberação bilionária de emendas.

O julgamento, iniciado na terça-feira, paralisou Brasília e foi marcado pela leitura da denúncia pelo relator, ministro Alexandre de Moraes, e pela sustentação oral da acusação, feita pela Procuradoria-Geral da República. O evento, que coloca o ex-presidente no banco dos réus por crimes contra o Estado Democrático de Direito, definiu o tom de polarização da semana.

Paralelamente, a federação União Brasil-PP formalizou sua saída da base governista, ordenando que seus ministros com mandato, como Celso Sabino (Turismo) e André Fufuca (Esporte), deixassem os cargos. A manobra, vista como um posicionamento para 2026, foi respondida pelo governo com a liberação recorde de R\$ 2,5 bilhões em emendas na mesma semana, numa tentativa de manter o apoio individual dos parlamentares do bloco.

Apesar do clima tenso, a agenda legislativa produziu resultados importantes. O Senado concluiu a votação da PEC dos Precatórios, e a Câmara aprovou um projeto para proibir descontos não autorizados no INSS, em resposta ao escândalo investigado pela CPMI.

PEC da Segurança Pública

A tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública avançou na Câmara com a definição da liderança da comissão especial que analisará a proposta. O presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou que o colegiado será presidido pelo deputado Aluísio Mendes (Republicanos-MA) e terá como relator o deputado Mendonça Filho (União-PE). ⬇

Resumo Semanal

A escolha de um membro de seu próprio partido para a presidência é vista como uma estratégia de Motta para manter maior controle sobre os trabalhos. A comissão também terá participação expressiva da chamada "bancada da bala", incluindo seu coordenador, o deputado Alberto Fraga (PL-GO).

A comissão especial, composta por 34 deputados, será formalmente instalada na próxima terça-feira (9). A partir de então, o colegiado terá um prazo de 40 sessões do plenário para debater e votar o parecer de Mendonça Filho.

A tramitação da PEC, no entanto, enfrenta desafios significativos. A proposta encontra resistência de governadores e de setores da própria Polícia Rodoviária Federal (PRF), que se opõem à mudança de nome da corporação. A definição sobre a competência da União para legislar sobre normas gerais de segurança também é um ponto sensível que deve gerar longos debates, e a expectativa é que o texto final sofra alterações significativas em relação à proposta original.

Anistia

O início do julgamento de Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal (STF) intensificou a articulação no Congresso por um projeto de anistia para os envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro. A proposta, no entanto, expõe uma divisão entre a Câmara e o Senado e enfrenta um caminho incerto, apesar da forte pressão da oposição.

A oposição, liderada pelo PL, defende uma anistia "ampla e irrestrita" que retroagiria a 2019, perdoaria crimes contra o Estado Democrático de Direito e reverteria a inelegibilidade de Bolsonaro. Em contrapartida, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, declarou ser contrário a essa versão e afirmou que apresentará um texto alternativo, que apenas reduziria as penas de alguns condenados.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, emergiu como um dos principais defensores públicos da anistia, em um movimento visto como um gesto para garantir o apoio de Bolsonaro em 2026. Já o presidente da Câmara, Hugo Motta, adota uma postura cautelosa, afirmando que ouve todos os lados, mas ainda não definiu uma data para a votação.

Apesar da oposição calcular ter maioria para a pauta na Câmara, a aprovação de uma anistia ampla é considerada difícil. Juristas avaliam que a medida seria inconstitucional, e o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, esclareceu que nunca defendeu a ideia, apenas afirmou que o tema é uma "questão política" a ser decidida pelo Congresso após o fim do julgamento.

Notícias da Semana



Senado oficializa afastamento de Marcos do Val

g1



Segurança: projeto de lei que autoriza vigilância comunitária, feita pela população civil, é protocolado na Câmara dos Deputados

O GLOBO



Deputados veem pouco impacto de desembarque de União-PP em votações

FOLHA DE S. PAULO
★ ★ ★



Relator da PEC da Segurança prevê ampliação do texto

CNN



Pressionado por anistia, Motta libera deputados para semana de home office

veja



Sessão Deliberativa Extraordinária

Terça-feira (02) - 14h

PEC 66/2023 - PEC dos Precatórios

PEC 66/2023 - sen Jader Barbalho (MDB-PA) - Altera a Constituição Federal, o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e a Emenda Constitucional nº 113, de 8 de dezembro de 2021, a fim de instituir limite para o pagamento de precatórios pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios e de estipular novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal com seus regimes próprios de previdência social e dos Municípios com o Regime Geral de Previdência Social; e dá outras providências.

Resultado: aprovada. Será convocada Sessão Solene do Congresso Nacional destinada à promulgação da Emenda Constitucional

PLP 125/2022 - Devedor Contumaz

PLP 125/2022 - sen Rodrigo Pacheco (PSD-MG) - Estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres dos contribuintes.

Resultado: aprovado o Substitutivo. A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Comissão Geral para debater a proposta de Reforma Administrativa Quarta-feira (03) - 09h

Tema:

Comissão Geral para debater a proposta de Reforma Administrativa

Resultado: realizado. [Acesse aqui.](#)

Sessão Deliberativa Extraordinária

Terça-feira (02) - 14h

PL 1546/2024 - Proíbe cobrança para sindicatos na folha de aposentados do INSS

PL 1546/2024 - Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre exigência de escritura pública, instrumento particular com firma reconhecida ou assinatura eletrônica qualificada, para autorização de desconto de mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas em benefícios administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Resultado: aprovado. A matéria vai ao Senado Federal.

Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)

Terça-feira (02) - 09h - Local : Anexo II, Plenário 06

Audiência Pública:

Tema: Combate ao crime organizado em grandes setores econômicos (PL 2646/25)

Convidados:

- 1) MARCÍLIO ROSSINE - Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP e Fórum Nacional Integrado de Segurança Pública, Defesa Civil e Trânsito**
- 2) PROFESSOR JOÃO HENRIQUE - Especialista em Segurança Pública**
- 3) REPRESENTANTE - Secretária de Segurança Pública do Estado de São Paulo**
- 4) REPRESENTANTE - Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP**
- 5) REPRESENTANTE - Polícia Federal - PF**
- 6) REPRESENTANTE - Polícia Rodoviária Federal - PRF**
- 7) REPRESENTANTE - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN**
- 8) RODRIGO MARINHO - Instituto Livre Mercado - ILM**

Resultado: realizada. [Acesse aqui.](#)

Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)

Terça-feira (02) - 14h - Local : Anexo II, Plenário 06

PL 16/2024 - Institui o Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública

PL 16/2024 - ex-senador Flávio Dino - Institui o Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública e altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para dispor sobre mecanismos de reconhecimento e premiação dos profissionais de segurança pública e defesa social.

Resultado: aprovado. A matéria vai à CCJC.

PL 435/2024 - Busca garantir punição de quem comete infração de trânsito junto com a prática de crime mais grave

PL 435/2024 - Altera a Lei n. 9.503/97, que dispõe sobre o Código de Trânsito Brasileiro, para permitir ao delegado de polícia que, no curso de investigação policial, constate a prática de qualquer infração administrativa de trânsito, determine ao órgão de trânsito municipal ou estadual a lavratura do respectivo Auto, além de outras providências.

Resultado: aprovado. A matéria vai à CVT.

PL 2428/2025 - Equipara Ações de Facções a Terrorismo

PL 2428/2025 - Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, para incluir como ato de terrorismo as ações de organizações criminosas armadas que, mediante violência ou grave ameaça, pratiquem atos de domínio territorial, intimidação da população ou desestabilização da ordem pública.

Resultado: aprovado. A matéria vai à CCJC.

Comissão de Constituição e Justiça... (CCJC)

Terça-feira (02) - 14h30 - Local : Anexo II, Plenário 01

PL 226/2024 – Define novos critérios para Prisão Preventiva

PL 226/2024 - Senado Federal (Flávio Dino) - Altera o Código de Processo Penal para dispor sobre as circunstâncias que recomendam a conversão da prisão em flagrante em preventiva, sobre a coleta de material biológico para obtenção do perfil genético do custodiado e sobre os critérios para aferição da periculosidade do agente.

Resultado: retirado de pauta.

Comissão de Administração e Serviço... (CASP)

Terça-feira (02) - 10h - Local : Anexo II, Plenário 08

Audiência Pública: Tema Descongelamento das gratificações por tempo de serviço

- 1) CARLOS GIANNAZI - Professor e Deputado Estadual de São Paulo - Assembleia Legislativa do Estado São Paulo**
- 2) CELSO GIANNAZI - Vereador de São Paulo - Câmara Municipal de São Paulo**
- 3) CHICO POLI - Presidente - Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo - Udemo**
- 4) MAICON ROBSON ZAMBRINI - Presidente - Associação dos Analistas Jurídicos do Ministério Público - AAJUMP**
- 5) NORMA LÚCIA ANDRADE DOS SANTOS - Presidente - Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo - Sinesp**
- 6) WANDERCI POLAQUINI - Vice-presidente Pública - Central do Servidor**

Resultado: audiência realizada. [Acesse aqui.](#)

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (CLP)

TERÇA-FEIRA (02) - 14H - LOCAL : AUDITÓRIO NEREU RAMOS

EXPOSITORES:

Rejane Soldani - Diretora Jurídica da FENAGUARDAS, Presidente da FENAGUARDAS e Diretora de Políticas de Segurança Pública da UGT (União Geral dos Trabalhadores)

Wilson Klippel Cicognani Jr. - Assessor Jurídico da FENAGUARDAS, Professor Universitário, Coordenador Acadêmico da ACADEPOL GM, Doutor em Ciências Criminais com Tese em Guardas Municipais, Mestre em Direito com Dissertação em Guardas Municipais

Mauricio Rivabem - Prefeito de Campo Largo/PR - Presidente do COIN-GM/PR (Consórcio Intermunicipal das Guardas Municipais da Região Metropolitana de Curitiba - COIN-GM)

Ricardo Teixeira - Presidente da Câmara Municipal de São Paulo/ Secretário Municipal/ Está no 6º mandato como vereador, com mais de 500 projetos de lei.

Marcos Augusto Issa Henriques de Araújo - Prefeito de São Roque e Presidente do CIOESTE

Maryanne Mattos - Guarda Municipal de Florianópolis desde 2004. Vereadora eleita por Florianópolis em 2020, e Vice-Prefeita de Florianópolis

Eliel Miranda - Diretor do Conselho Nacional das Guardas Municipais, Deputado Federal Suplente e Guarda Municipal de Paulínia

Carlos Celso dos Santos Junior - Inspetor da Guarda Municipal de Curitiba/ Superintendente da Guarda Municipal de Curitiba/ Presidente do Conselho Nacional de Dirigentes de Guardas Municipais do Brasil

Márcio dos Santos - Subinspetor da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo, Formado em Direito pela PUC/ Preside o Sindicato dos Guardas Cíveis Metropolitanos de São Paulo

Lucas de Oliveira Cardoso - Guarda Civil Municipal de Atibaia e Vereador no 3º mandato

Jones Moura - Vereador Rio de Janeiro por dois mandatos/ Deputado Federal/ Guarda Municipal 30 anos

Resultado: seminário realizado. [Acesse aqui.](#)



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G
CONSULTORIA
POLÍTICA



moreiraegregorio.com.br



linkedin.com/moreiraegregorio



(61) 98126-3938



moreiraegregorio@gmail.com



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido por Moreira&Gregório Consultoria Política. Direitos reservados.*